

**PROJETO PARCERIAS AMBIENTAIS PÚBLICO-PRIVADAS – BR-M1120**

<b>TERMO DE REFERÊNCIA – Parque Nacional do Itatiaia (PNI)</b>		
<b>DADOS DO SOLICITANTE</b>		
<b>Unidade Executora do Projeto (UEP):</b> Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM		
<b>Endereço:</b> Rua Buenos Aires, 19 – Centro - Rio de Janeiro - RJ	<b>Telefone:</b> (021) 2142-9753 ou (021) 2142-9750	<b>e-mail:</b> <a href="mailto:alexandre@ibam.org.br">alexandre@ibam.org.br</a> <a href="mailto:papp@ibam.org.br">papp@ibam.org.br</a>
<b>Apoio Técnico:</b> Unidade de Coordenação Técnica (UCT), sob a coordenação do ICMBio		
<b>Endereço:</b> EQSW 103/104, Bloco “C”, Complexo Administrativo - Setor Sudoeste	<b>Telefone:</b> (61) 2028-9743	<b>e-mail:</b> <a href="mailto:carla.guitanele@icmbio.gov.br">carla.guitanele@icmbio.gov.br</a>
<b>Contratação:</b> Consultoria por produto		

## 1 CONTEXTO:

As Unidades de Conservação - UCs são espaços territoriais com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivo de conservação da biodiversidade, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção, conforme disposto na lei do SNUC nº 9.985/00. O Brasil possui atualmente 324 Unidades de Conservação Federais, representando quase 9% do território nacional, localizadas em nossos diversos biomas: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal e Marinho.

As unidades de Conservação, em função de suas características, podem ser classificadas como de Proteção Integral e de Uso Sustentável. Além de sua função precípua de manejo e conservação da biodiversidade, algumas categorias de unidades de conservação (UC) podem propiciar oportunidades de recreação em contato com a natureza, de turismo ecológico, de manejo de recursos naturais, entre outros usos públicos que venham a auxiliar na conservação, na educação ambiental e na proteção da biodiversidade.

A gestão, consolidação, proteção e implementação das UCs de âmbito Federal está sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – Lei nº 11.516/2007 -, autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, que depende da

[papp\\_uep@ibam.org.br](mailto:papp_uep@ibam.org.br) | 21 2142-9750 | 21 2242-9753

Parceiros:



disponibilização de recursos públicos – financeiros, materiais e humanos – para o desempenho de seus resultados.

Ao longo dos anos, ampliaram-se os desafios de gestão das Unidades de Conservação decorrentes, não apenas da criação de novas unidades, mas do aumento das pressões e dos conflitos de uso que exigem ações efetivas para assegurar a integridade e a conservação do meio ambiente nesses territórios, devendo-se ainda considerar os desequilíbrios regionais, logísticos, e de infraestrutura; além dos diferentes graus de implementação e de desenvolvimento em que se encontram cada uma dessas Unidades.

Os recursos públicos disponibilizados pelo Estado, por um lado, não acompanham a necessidade de fortalecimento da atuação para enfrentamento dos desafios da gestão das UCs. Particularmente, em momentos de fortes restrições econômicas, como o atual, os orçamentos públicos não são suficientes para suprir a demanda de gestão das Unidades de Conservação. Em que pese o forte apelo do tema junto à sociedade nacional e internacional que propiciam catalisar o apoio de várias organizações, sob forma de programas e projetos de doações e financiamentos, esses aportes não são suficientes para assegurar a sustentabilidade econômica para desempenho dessa missão.

Por outro lado, observa-se que as Unidades de Conservação possuem ativos ambientais com potencial de exploração e de geração de benefícios econômicos e sociais que poderiam propiciar condições para enfrentamento das dificuldades de gestão. No Brasil, tendo em vista a dimensão e a variedade das áreas protegidas, pode-se registrar que mesmo as ações de exploração de serviços em Parques Nacionais ainda são bastante incipientes, embora contemplem exemplos de grande representatividade para o turismo brasileiro, como são os casos do Parque Nacional de Foz do Iguaçu e Parque da Tijuca no Rio de Janeiro.

Ressalta-se que, entre outras muitas possibilidades de geração de economia por meio da exploração sustentável de ativos ambientais, a visitação às unidades de conservação pode também ser considerada uma das principais estratégias de sensibilização da sociedade para a importância da conservação da natureza. Conhecer e desfrutar das belezas naturais protegidas nas unidades de conservação federais representa um fator potencial de contribuição com a proteção do patrimônio natural brasileiro.

Nesse contexto, o desenvolvimento de arranjos e modelos de parcerias com o setor privado, com ou sem fins lucrativos, incluindo entidades de cooperação paraestatais e do terceiro setor, representa uma perspectiva para contribuir de forma efetiva para a implementação, a manutenção e o desenvolvimento sustentável das diferentes UC, propiciando benefícios econômicos e sociais para o entorno.

[papp\\_uep@ibam.org.br](mailto:papp_uep@ibam.org.br) | 21 2142-9750 | 21 2242-9753

Parceiros:



Embora parte das Unidades de Conservação, em função de suas características, dependerá da ação direta do Estado para sua gestão, há tantas outras cujos potenciais de utilização de seus recursos são previstos para fins diversos, em conformidade com seu Plano de Manejo. Para esses tipos de UC, faz-se necessário um arcabouço institucional-legal que possibilite a realização de instrumentos de parcerias por meio de mecanismos formais tais como: Autorizações, Permissões, Concessões, Parcerias Público-Privadas, Termos de Parceria, Contratos de Gestão, Convênios entre outros arranjos que possibilitem alianças cooperativas – em sentido lato – entre entidades públicas e privadas nas suas mais diversas configurações jurídicas, como alternativas para a gestão sustentável das Unidades de Conservação.

No intuito de estabelecer as bases de referência para estruturar uma política de fomento às parcerias público-privadas, voltadas para a geração de oportunidades, no contexto da gestão das unidades de conservação, o ICMBio e o Ministério do Meio Ambiente –MMA, com o apoio financeiro do Fundo Multilateral de Investimentos – FOMIN - do BID e da Caixa Econômica Federal – CAIXA - e de outros parceiros nacionais, sob a responsabilidade executiva do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM – desenvolveram o Projeto “ Desenvolvimento de Parcerias Ambientais Público-Privadas para gestão de UCs – PAPP, que visa, em linhas gerais, ao estabelecimento de modelos de gestão fundamentados no estabelecimento de arranjos institucionais e modelos de parcerias público-privadas.

## **2 OBJETIVOS, CARACTERÍSTICAS E RESULTADOS ESPERADOS COM O PAPP**

### **2.1 Objetivo Geral:**

*“Formular e fomentar a aplicação de modelos de parcerias ou alianças ambientais público-privadas voltados para o aproveitamento sustentável das potencialidades econômicas das Unidades de Conservação (UCs) com vistas à melhoria da gestão e a conservação da biodiversidade, bem como a geração de benefícios sociais e econômicos para o entorno”.*

### **2.2 Objetivos Específicos:**

- Sistematizar modelos e arranjos de parcerias com o setor privado e o terceiro setor compatíveis com as necessidades de gestão das Unidades de Conservação;
- **Estruturar projetos-piloto relativos a distintas categorias de UCs;**
- Formular proposta de Política de fomento às PAPPs para gestão de UCs;
- Disseminar os resultados do Programa.

[papp\\_uep@ibam.org.br](mailto:papp_uep@ibam.org.br) | 21 2142-9750 | 21 2242-9753

Parceiros:



### 2.3 Características do Programa:

O Projeto é constituído por 4 Componentes, sendo:

I: Cenário Atual: UCs analisadas e modelos de PAPP sistematizados;

**II: Desenvolvimento de 4 projetos-piloto;**

III: Política de PAPP para gestão de UCs regulamentada;

IV: Gestão do conhecimento e comunicação.

Esse Termo de Referência é relativo a um dos 4 projetos piloto do **Componente 2**, que compreende os seguintes subcomponentes:

- -Diagnóstico e mapeamento de cada UC selecionada: comunidades locais, potenciais sócios e oportunidades de negócio;
- Procedimentos para os processos de licitação, estudo de viabilidade e contrato;
- Desenvolvimento de sistema de monitoramento de contratos;
- Capacitação de pessoal técnico para uso e acompanhamento dos instrumentos de PAPP e dos indicadores de resultado.

O Programa está amparado por um arranjo de implementação que define o papel das instituições envolvidas no projeto, assegurando que todos os trabalhos desenvolvidos sejam orientados e estejam em consonância com as diretrizes e com a Política Institucional, bem como prevê a contratação de consultorias para apoio do desenvolvimento dos produtos técnicos.

### 2.4 Resultados Esperados do Programa

Ao final da implementação do PAPP, esperam-se os seguintes resultados:

- **Fortalecimento da capacidade de gestão das UCs:** Fomento ao investimento privado e a inclusão produtiva das comunidades, contribuindo para a conservação e o aproveitamento sustentável dos ativos ambientais das UCs;

[papp\\_uep@ibam.org.br](mailto:papp_uep@ibam.org.br) | 21 2142-9750 | 21 2242-9753

Parceiros:



- **Geração de Oportunidades de Negócios:** geração de oportunidades de negócio, trabalho e renda para as empresas operadoras e as comunidades, por meio do fomento aos arranjos produtivos locais;
- **Evolução do Marco Legal:** Desenvolvimento de instrumentos e normas que possibilitem instituir uma Política de Parcerias Ambientais Público-Privadas para gestão de UCs.

### 3 JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de consultoria tem por objeto contribuir, por meio de apoio técnico especializado, para o desenvolvimento do Componente 2 do Projeto PAPP – BR – M1120. **Visa, portanto, a implementação de um dos 4 projetos piloto para colocar em prática uma matriz de parcerias público-privadas para o fortalecimento da gestão do Parque Nacional do Itatiaia, que foi selecionado conforme critérios estabelecidos no Componente 1 do PAPP.**

Essa matriz de parcerias pode abranger a realização de diversas modalidades ou arranjos de parcerias entre o governo federal, outras esferas governamentais e/ou com a iniciativa privada, incluindo organizações do terceiro setor.

### 4 PROPÓSITO DA CONTRATAÇÃO

**4.1 Objetivo Geral:** Estabelecer matriz de parcerias para o Parque Nacional do Itatiaia e criar as condições técnicas para sua implementação visando o fortalecimento de sua gestão;

#### 4.2 Objetivos Específicos:

- 4.2.1 Identificações de parcerias – formais e informais – existentes além da sistematização das possibilidades de parcerias para apoio à gestão do PNI , visando principalmente a sustentabilidade econômica da unidade por meio de criação de negócios nas áreas de ecoturismo, pesquisa, capacitação, serviços ambientais, inovação, mecanismos financeiros, entretenimento e outros temas compatíveis com os objetivos do parque;
- 4.2.2 Realizar diagnóstico dos imóveis, estruturas e atividades disponíveis para parcerias incluindo os estudos necessários para a decisão do ICMBio quanto à melhor destinação dos imóveis;
- 4.2.3 Preparar os projetos básicos, estudos de viabilidade econômica e demais subsídios para a efetivação das parcerias;
- 4.2.4 Preparar as minutas de editais e demais instrumentos de parceria necessários para que o ICMBio as implemente;

[papp\\_uep@ibam.org.br](mailto:papp_uep@ibam.org.br) | 21 2142-9750 | 21 2242-9753

Parceiros:



4.2.5 Capacitar a equipe do ICMBio para o estabelecimento e acompanhamento das parcerias.

## 5 CARACTERIZAÇÃO BÁSICA DO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA

Primeiro Parque Nacional do Brasil, o Itatiaia, foi criado em 14 de junho de 1937, pelo então Presidente, Getúlio Vargas. Situado na serra da Mantiqueira, na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, ocupa porções dos municípios de Resende e Itatiaia no estado do Rio de Janeiro e Itamonte e Bocaina de Minas, no estado de Minas Gerais. O Parque Nacional do Itatiaia (PNI) estende-se por cerca de 28.000 hectares, apresentando um relevo acidentado com um gradiente que vai de 540 a 2790 metros de altitude. O PNI se divide em 3 setores: Parte Alta - área montanhosa de campos de altitude entre Rio de Janeiro e Minas Gerais - Parte Baixa - área de Mata Atlântica entre o vale do Paraíba e as escarpas da face sul da Serra do Itatiaia - e Visconde de Mauá - área montanhosa de Mata Atlântica no vale do rio Preto e alto rio Grande.

O conjunto do Parque Nacional do Itatiaia oferece aos visitantes a possibilidade de realizar caminhadas, escaladas, banhos de cachoeira, observação de natureza (principalmente de aves e borboletas), trilhas, camping e hospedagem em abrigos de montanha, durante todos os dias do ano, entre 8h e 17h, na parte baixa e a partir da 7h na parte alta. Incluído na região turística das Agulhas Negras, o Parque Nacional do Itatiaia recebeu mais de 125.000 visitantes/ano nos últimos 2 anos (tabela 01), incluindo turistas, estudantes de todas as idades, pesquisadores e alunos de cursos e treinamentos diversos realizados nas dependências da Unidade.

Entre 2011 e 2016 este parque teve um crescimento de 66% na visitação, com uma meta futura de crescimento sustentável de 10% ao ano. Possui plano de manejo atualizado, publicado no ano de 2014, que prevê delegação de serviços para várias atividades.

Tabela 01 – Visitação ao Parque Nacional do Itatiaia

ANO	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
2000	6.300	3.748	7.982	10.420	6.209	8.586	13.236	8.356	7.769	8.623	7.307	8.427	96.963
2001	11.982	13.957	9.292	12.423	9.314	14.144	15.140	7.419	8.868	8.926	8.572	8.186	128.223
2002	9.913	7.919	9.870	7.595	9.230	9.741	14.483	10.433	8.391	10.481	11.079	10.594	119.729
2003	9.410	6.986	12.131	11.056	9.522	13.713	15.049	11.543	8.762	10.518	6.429	10.559	125.678
2004	11.076	9.089	8.327	10.661	10.563	13.187	16.870	10.809	11.285	9.759	9.524	10.932	132.082
2005	7.262	6.658	5.029	6.236	7.084	6.218	11.717	6.391	4.907	6.041	5.016	5.445	78.004
2006	8.990	6.553	3.070	8.729	5.028	6.941	11.587	5.293	6.908	5.976	5.348	5.035	79.458
2007	4.286	7.586	3.948	6.755	4.252	6.600	9.738	4.752	6.178	6.176	5.149	7.283	72.703
2008	7.430	4.935	6.153	6.355	8.830	7.408	13.439	7.335	5.661	5.211	5.976	6.284	85.017
2009	9.891	10.075	4.712	7.906	8.020	8.322	12.907	8.127	6.997	7.323	9.138	7.036	100.454
2010	8.431	8.521	3.247	7.783	6.240	7.803	10.797	6.006	6.572	6.649	5.073	7.018	84.140
2011	6.989	4.506	4.704	7.397	4.844	8.598	10.621	5.884	5.770	6.910	5.479	5.998	77.700
2012	6.547	8.402	4.550	6.796	5.132	11.958	13.101	7.629	10.173	6.626	6.457	8.668	96.039
2013	5.860	6.955	5.447	5.522	8.997	11.591	14.822	9.898	8.503	6.006	7.837	8.057	99.495
2014	14.823	7.337	9.178	9.579	10.481	11.325	10.368	9.766	7.963	8.547	7.573	11.173	118.113
2015	17.830	9.469	4.612	11.179	12.681	12.048	16.555	12.365	7.673	10.043	8.174	11.172	133.801
2016	10.776	10.612	6.464	10.733	12.564	12.481	17.191	11.302	9.297	8.111	6.665	11.298	127.494
2017	13.771	9.510	5.922	11.281	8.325	15.954	24.869						89.632

papp\_uep@ibam.org.br | 21 2142-9750 | 21 2242-9753

Parceiros:



**Atrativos abertos e estruturas de apoio ao uso público na Parte Baixa do PNI:**

- Mirante do último Adeus;
- Escalada no Último Adeus;
- Trilha das Borboletas;
- Lago Azul;
- Cachoeira Poranga;
- Trilha dos Três Picos;
- Complexo Maromba (Cachoeira Véu de Noiva, Cachoeira Itaporani, Piscina do Maromba);
- Complexo da Sede (Pedra de Fundação, Relógio de Sol, Estufa, Casa de Palmito, Deck suspenso, Sede da Fazenda Montserrat, Casa dos Seixos, Auditório do Ecoartes);
- Centro de visitantes;
- Quiosques;
- Abrigo Água Branca.

**Atrativos abertos ao uso público em Visconde de Mauá:**

- Cachoeira do Escorrega;
- Cachoeira da Santa Clara;
- Cachoeira dos Macacos;

**Atrativos abertos e estruturas de apoio ao uso público na Parte Alta:**

- Brejo da Lapa;
- Pedra do Camelo;
- Morro da Antena;
- Morro do Couto;
- Circuito Couto-Prateleiras;
- Circuito 5 Lagos;
- Nascente do rio Campo Belo;
- Camping do Planalto;
- Cachoeira das Flores;
- Maciço das Prateleiras;
- Pedras da Maça/Tartaruga;
- Pedra Assentada;
- Maciço das Agulhas Negras;
- Asa de Hermes;
- Pedra do Altar;
- Cachoeira do Aiuruoca;
- Ovos de Galinha;
- Pedra do Sino;
- Abrigo Massena;
- Casa de Pedra;
- Abrigo Rebouças;

**Travessias abertas ao uso público (trilhas com pernoite):**

- Travessia Ruy Braga (Parte Alta – Parte Baixa)
- Travessia Serra Negra (Parte Alta – Cachoeira da Santa Clara)

[papp\\_uep@ibam.org.br](mailto:papp_uep@ibam.org.br) | 21 2142-9750 | 21 2242-9753

Parceiros:

- Travessia Rancho Caído (Parte Alta – Cachoeira do Escorrega)

**Áreas e infra-estruturas adquiridas em processo recente de consolidação territorial:**

- Hotel Simon;
- Sítio Walhalla;
- Chalé Alpino do Maromba;
- Sítio das Acácias;
- Recanto do Guerreiro;
- Sobrado Triplex – Lote 90;
- Sítio do Portão;
- Casa de Pedra Colonial;
- Sítio do Escorrega;
- Solar Repouso;

**Atividades de uso público previstas no Plano de Manejo possíveis de serem alvo de delegações de serviço:**

- Atividade de arborismo e de tirolesa, em locais a serem avaliados quanto à viabilidade;
- Loja de souvenirs e livraria especializada no CV, para venda de livros, livretos, manuais, guias e mídias, especialmente com informação do PNI, bem como de outras UC, de meio ambiente em geral e de cultura;
- Serviço de alimentação em geral;
- Hospedagem;
- Transporte interno;
- Cobrança de ingresso;
- Estacionamento.

Considerando todos os atrativos e atividades efetivas e potenciais, somados às infraestruturas e áreas adquiridas no contexto dos processos de consolidação territorial, balizado pelas possibilidades de delegações de serviço apresentadas no plano de manejo da unidade, elenca-se abaixo algumas possibilidades já mapeadas sem detrimentos de outras identificadas nesse estudo:

**1. Cobrança de ingresso:** Serviço e estrutura de cobrança de ingressos no Posto Marcão, podendo ser deslocada para o novo PIC da Garganta do Registro (Novo Portal de entrada da Parte Alta previsto no plano de manejo do PNI), estando ou não associada à cobrança de ingressos nos outros setores do PNI e a outros serviços propostos para Parte Alta;

**2. Camping:** Administração do novo camping da parte alta, a ser construído por Furnas, devido à obrigação desta empresa para com o PNI, por meio de Termo de Ajustamento de Conduta com Ministério Público Federal. O negócio pode estar ou não atrelado a administração dos abrigos da Parte Alta ou outros serviços. A estrutura já possui projeto básico e o projeto executivo está em contratação.

**3. Abrigos:** Administração do Abrigo Rebouças, em conjunto ou não com novo camping da Parte Alta ou demais abrigos da travessia Ruy Braga (Abrigo Massena, Abrigo Macieira, Abrigo Lamego, Abrigo Água Branca). Importante haver a preservação das características de abrigo de montanha simples e coletivo com preços módicos, além da preservação das características da estrutura física.

[papp\\_uep@ibam.org.br](mailto:papp_uep@ibam.org.br) | 21 2142-9750 | 21 2242-9753

Parceiros:



**4. Alimentação:** Serviço de alimentação móvel, estilo foodtruck, nos arredores do Posto Marcão, uma vez que não há no local imóvel em condições de abrigar lanchonete ou similar. Podendo haver oferta descontinua do serviço, com prioridade para os finais de semana, feriados e todos os dias dos meses de junho, julho e agosto. Na oportunidade de delegação de serviço do novo camping da Parte Alta pode também haver a delegação de cantiga do camping ou ainda a previsão de subdelegação deste negócio no contrato de administração do camping.

**5. Transporte:** Serviço de transporte de visitantes da Garganta do Registro ao Posto Marcão (13 km de rodovia federal sem pavimentação) e/ou do Posto Marcão para Abrigo Rebouças (3 km de rodovia federal rústica), podendo haver oferta descontinua do serviço, com prioridade para os finais de semana, feriados e todos os dias dos meses de junho, julho e agosto. Importante prever a oportunidade de isenções de pagamento para instituições públicas ou atividades filantrópicas. Deve estar previsto para utilização prioritária para veículos de médio porte, tipo Van.

**6. Venda de Souvenirs:** Serviço de venda de souvenirs diversos no Posto Marcão, associado ou não a outros serviços.

**7. Estacionamento:** Serviço de guarda de veículos nas proximidades do Posto Marcão ou Garganta do registro, possivelmente associado ao serviço de transporte. Importante prever a oportunidade de isenções do pagamento para instituições públicas ou atividades filantrópicas dentro das possibilidades legais.

#### **Parte Baixa:**

**1. Cobrança de ingresso:** Serviço e estrutura de cobrança de ingressos no Posto 1, (Portaria de entrada da Parte Baixa), estando ou não associada a cobrança de ingressos nos outros setores do PNI e a outros serviços propostos para Parte Baixa. Dependendo dos serviços associados será necessária a adaptação ou ampliação das estruturas existentes, podendo-se utilizar área do Sítio do Portão.

**2. Transporte:** Serviço de transporte de visitantes do Posto 1, passando pelo acesso de todos os atrativos até o Complexo maromba (5 km de rodovia federal pavimentada e 4 km de rodovia federal sem pavimentação), podendo haver oferta descontinua do serviço, com prioridade para finais de semana, feriados e todos os dias nos meses de janeiro, julho e dezembro. Importante prever a oportunidade de isenções de pagamento para instituições públicas ou atividades filantrópicas. Deve estar previsto para utilização prioritária para veículos de médio porte, tipo Van.

**3. Abrigos:** Administração da rede de abrigos do PNI composto pelos Abrigos I, II, III e IV; Casa 21, Casa 12, Casa do Pesquisador e Casa do Pinheiral. O objetivo é a hospedagem de pesquisadores, estudantes e locação para cursos, com provisão de isenção de pagamento para instituições públicas e entidades filantrópicas.

**4. Camping:** Construção, implantação e administração de camping na Parte Baixa. Esta opção é necessária e prevista do plano de manejo, mas ainda não tem área definida, podendo ser instalado no Sítio Walhalla.

**5. Rede de Hospedagem:** Serviço de hospedagem aproveitando uma diversidade de imóveis adquiridos na Parte Baixa do PNI com características de propriedades de lazer em contato com a natureza (Sítio Walhalla; Chalé Alpino do Maromba; Sítio das Acácias; Recanto do Guerreiro; Sobrado Triplex – Lote 90; Sítio do Portão; Casa de Pedra Colonial; Chalé do Sítio do Escorrega; Solar Repouso). Alguns destes imóveis podem ter uma destinação específica, por exemplo, o Sítio Walhalla pode ter

hospedagem no estilo de pousada associado a camping ou o Chalé Alpino do Maromba pode ter uma destinação associada a objetivos educacionais, culturais ou de pesquisa devido a sua localização e característica. As delegações deste item podem ser em conjunto, blocos ou individuais.

**6. Complexo turístico:** Serviço destinado a utilizar o espaço do Hotel Simon, que por se tratar de empreendimento com grande diversidade de infraestruturas e com ocupação de área de grande extensão, comportaria uma ampla gama de possibilidades de negócios, tais como hotel, hotel-escola, Centro de convenções, Colônia de férias, Retiro espiritual, Centro de treinamentos em tema ambientais, Centro de treinamento em esportes na natureza, etc. Nesse item o estudo deverá ser mais abrangente, pois precisa apresentar qual das opções de negócio conciliaria melhor os objetivos de um Parque Nacional com a viabilidade econômico-financeira.

**7. Restaurante:** Serviço de alimentação com foco em refeições para consumo in loco instalado na Casa dos Seixos. Este serviço pode estar associado a outros com venda de souvenirs ou a outros pontos de venda de alimentação. Este serviço pode ser de oferta descontínua, com prioridade para funcionamento aos finais de semana, feriados e todos os dias durante os meses de janeiro, julho e dezembro.

**8. Trilhas suspensas:** Construção, implantação e administração de visitação em trilhas suspensas, ancoradas em troncos de árvores. As dimensões da estrutura dependem primeiramente da definição do local de instalação, que podem possuir características técnicas diversas. Assim, deve fazer parte do estudo a indicação de opções de locais para instalação da atividade. Uma das opções seria próximo ao Hotel Simon, o que pode induzir a uma associação com o negócio que lá se instalar.

**9. Venda de Souvenirs:** Serviço de venda de souvenirs diversos no Centro de visitantes, restaurante, complexo turístico, posto de cobrança de ingresso, etc; associado ou não a outros serviços.

**10. Teleférico:** Instalação de teleférico na parte baixa. Não está previsto no Plano de Manejo e depende de estudos técnicos de localização e viabilidade técnica, ambiental e financeira para tomada de decisão. Um possível ponto de instalação seria entre o antigo Hotel Simon e o Chalé Alpino.

#### **Visconde de Mauá:**

**1. Cobrança de ingresso:** Serviço e construção de estrutura de cobrança de ingressos na Praça da Cachoeira do Escorrega, estando ou não associada à cobrança de ingressos nos outros setores do PNI e a outros serviços propostos para o setor Visconde de Mauá;

**2. Camping:** Construção, implantação e administração de camping no Sítio do Escorrega. O negócio pode estar ou não atrelado a administração de outros serviços. Esta estrutura já possui projeto executivo.

**3. Aluguel de bicicletas:** Serviço de aluguel de bicicletas para passeios guiados ou não, nas trilhas do sítio do escorrega e/ou até cachoeira da Santa Clara, podendo estar associado a outros serviços.

**4. Transporte:** Serviço de transporte de visitantes da vila de Maromba até sítio do Escorrega, associado às propostas previstas em projeto da Prefeitura Municipal. Importante prever a oportunidade de isenções do pagamento para instituições públicas ou atividades filantrópicas. Deve estar previsto para utilização prioritária para veículos de médio porte, tipo Van.

**5. Estacionamento:** Serviço de guarda de veículos no sítio do Escorrega, possivelmente associado ao serviço de transporte. Importante prever a oportunidade de isenções do pagamento para instituições públicas ou atividades filantrópicas.

**6. Venda de Souvenirs:** Serviço de venda de souvenirs diversos na estrutura de cobrança de ingressos ou outra, associado ou não a outros serviços.

**7. Centro de visitantes:** Construção, implantação e administração de Centro de Visitantes no Sítio de escorrega associado a outros serviços. Já existe previsão no plano de manejo e projeto executivo.

**8. Chalé:** Serviço de hospedagem em Chalé de madeira na montanha que pode estar incluído na rede de hospedagem estruturada na Parte Baixa do PNI ou associada a outros serviços.

**9. Trilhas suspensas:** Construção, implantação e administração de visitação em trilhas suspensas, ancoradas em troncos de árvores. As dimensões da estrutura dependem primeiramente da definição do local de instalação, que podem possuir características técnicas diversas. Assim, deve fazer parte do estudo a indicação de opções de locais para instalação da atividade.

## 6 DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

As atividades e produtos abaixo representam os elementos básicos identificados para o projeto e poderão ser complementados e melhorados na proposta técnica dos proponentes.

### 6.1 Etapa 1: Diagnóstico

#### 6.1.1 Descrição das atividades previstas

**6.1.1.1 Sistematização e complementação dos estudos e parcerias existentes:** o PNI dispõe de diversos estudos e diagnósticos com subsídios para o estabelecimento da matriz de parcerias (**ANEXO 1**). A empresa deverá estudar, sistematizar e complementar esse material e outros pesquisados pela consultoria como subsídio inicial para o desenvolvimento das próximas etapas;

**6.1.1.2 Visita técnica** (1º presencial) em conjunto com a equipe do ICMBio para conhecer as áreas e estruturas disponíveis para o estabelecimento de parcerias. Deverão ser previstos pelo menos 3 dias para essa etapa, quando serão visitadas a Parte Baixa, Parte Alta e Visconde de Mauá;

**6.1.1.3 Reunião de planejamento inicial:** A ser realizada no PNI na sequência da visita técnica a fim de apresentar e ajustar com a equipe do ICMBio a matriz preliminar e o Plano de trabalho detalhado;

#### 6.1.2 Descrição dos produtos esperados

**6.1.2.1 Matriz preliminar de parcerias:** Quadro com as parcerias existentes, parcerias futuras já previstas nos estudos e instrumentos de planejamento além de outras potencialidades identificadas pela consultoria contratada nessa etapa preliminar;

**6.1.2.2 Plano de Trabalho detalhado:** deverá conter no mínimo as atividades detalhadas, responsável por cada uma, datas e como elas serão realizadas, considerando todas as etapas do projeto. Esse

Plano de Trabalho poderá ser ajustado ao longo do projeto em comum acordo com a equipe do ICMBio. O plano de trabalho deverá ser preparado em formato “xls” e as informações complementares e descritivos em formato “doc”.

## **6.2 Etapa 2: Diagnóstico das estruturas e atividades disponíveis para parcerias**

### **6.2.1 Descrição das atividades previstas**

6.2.1.1 Diagnóstico dos imóveis / estruturas disponíveis para parcerias: deverá conter no mínimo fotografias, descrição detalhada dos imóveis, mobiliário existente (quando for o caso), plantas e projetos arquitetônicos. O **ANEXO 2** contém a lista dos imóveis disponíveis para parcerias bem como as plantas que o parque já tem. Destaque para a destinação do complexo formado pelo antigo Hotel Simon e Sítio Walhala.

6.2.1.2 Estudo técnico para implantação de trilha suspensa e arborismo: este estudo deverá verificar a viabilidade técnica e ambiental, indicando locais e detalhamento da metodologia para a implantação das atividades, considerando todos os elementos necessários para instalação e concessão da atividade, inclusive projeto básico com previsão de custos.

6.2.1.3 Estudo técnico para implantação de teleférico no PNI: este estudo deverá verificar a viabilidade técnica e ambiental, indicando locais e detalhamento da metodologia para a implantação das atividades considerando todos os elementos necessários para instalação e concessão da atividade, inclusive projeto básico com previsão de custos. Um possível local identificado é entre o antigo Hotel Simon e o Chalé Alpino.

6.2.1.4 Diagnóstico de demais potencialidades de parcerias ligadas ao ecoturismo e turismo comunitário, bem como relativos à pesquisa, capacitação, serviços ambientais, inovação, mecanismos financeiros, entretenimento e outros temas aplicáveis ao parque.

6.2.1.5 Reunião de apresentação e ajuste dos produtos (2º presencial): Essa etapa deverá prever pelo menos uma reunião com a equipe técnica do ICMBio para apresentação e ajustes dos estudos e diagnósticos.

### **6.2.2 Descrição dos produtos esperados**

6.2.2.1 Relatório fotográfico de cada imóvel: Esse relatório deverá conter no mínimo a descrição detalhada de cada imóvel, diagnóstico de potencialidades de uso, diagnóstico de intervenções/reformas necessárias, servindo de base para as etapas seguintes.

6.2.2.2 Banco de plantas atualizadas dos imóveis: plantas atualizadas de todos os imóveis, completando o banco de dados já existente, conforme ANEXO 2. As plantas deverão ser entregues em formato DWG e PDF. As plantas que já estão em DWG deverão ser verificadas e atualizadas, caso necessário, as que estão em papel deverão ser vetorizadas e as que não existem levantadas.

6.2.2.3 Relatório técnico para implantação de trilha suspensa e arborismo: deverá conter todos os elementos necessários, entre eles projeto básico com previsão de custos, para instalação e concessão da atividade.

6.2.2.4 Relatório técnico para implantação de teleférico na parte baixa: deverá conter todos os elementos necessários, entre eles projeto básico com previsão de custos para instalação e concessão da atividade, caso essa seja considerada técnica e ambientalmente viável.

6.2.2.5 Matriz de parcerias e Plano de Trabalho atualizados: após os estudos e discussões dessa etapa a matriz de parcerias devem ser ajustados conforme a necessidade.

### **6.3 Etapa 3: Apresentação do diagnóstico e discussões**

#### **6.3.1 Descrição das atividades previstas**

6.3.1.1 Reunião com atores do mercado de turismo, negócios e parcerias em Unidades de Conservação: apresentação dos resultados da etapa 2 e coleta de contribuições técnicas e sugestões. Previsão 30 convidados. O PNI disponibilizará o local e a contratada deverá se responsabilizar pelas demais providências para a realização da reunião considerando toda a logística necessária incluindo divulgação, moderação, alimentação e compilação das informações.

6.3.1.2 Reunião com a sociedade local: apresentação dos resultados da etapa 2 e coleta de contribuições técnicas e sugestões. Previsão 30 convidados. O PNI disponibilizará o local e a contratada deverá se responsabilizar pelas demais providências para a realização da reunião considerando toda a logística necessária, incluindo divulgação, moderação, alimentação e compilação das informações.

6.3.1.3 Reunião com o Conselho Consultivo do PNI: apresentação dos resultados da etapa 2 e coleta de contribuições técnicas e sugestões. Previsão 30 convidados. O PNI disponibilizará o local e a contratada deverá se responsabilizar pelas demais providências para a realização da reunião considerando toda a logística necessária, divulgação, moderação, alimentação e compilação das informações.

6.3.1.4 Reunião técnica com a equipe do ICMBio (3º presencial): apresentação e discussão das contribuições recebidas nesta etapa e ajustes na Matriz de Parcerias e Plano de Trabalho, conforme necessário.

#### **6.3.2 Descrição dos produtos esperados**

6.3.2.1 Atas das reuniões realizadas

6.3.2.2 Relatório de compilação das contribuições recebidas

6.3.2.3 Matriz preliminar de parcerias e Plano de Trabalho atualizados

## 6.4 Etapa 4: Elaboração dos produtos para parcerias

### 6.4.1 Descrição das atividades previstas

6.4.1.1 Elaboração de projetos básicos, estudos de viabilidade econômica e propostas de ferramentas jurídicas para as parcerias: deverão ser elaborados com base nos subsídios das etapas anteriores considerando a possibilidade por blocos de atividade/imóveis.

6.4.1.2 Reunião técnica com a equipe do ICMBio (4º presencial): apresentação e discussão dos projetos e estudos e ajustes nos mesmos, na Matriz de Parcerias e no Plano de Trabalho, conforme necessário.

6.4.1.3 Reunião técnica com a equipe do ICMBio (presencial): apresentação e discussão dos estudos e cenários, arranjos de modelagem e ferramentas jurídicas, com a Coordenação Geral de Uso Público e Negócios do ICMBio em Brasília.

### 6.4.2 Descrição dos produtos esperados

6.4.2.1 Projetos básicos das intervenções, reformas e construções necessárias: estes projetos devem ter as especificações necessárias para subsidiar os projetos básicos das parcerias, incluindo as previsões de custo;

6.4.2.2 Projetos básicos das parcerias: deverão conter os detalhes e informações necessárias para o edital da modalidade indicada para aquela atividade ou bloco de atividades.

6.4.2.3 Estudos de viabilidade econômica: deverão conter os detalhes e informações necessárias para o edital da modalidade de delegação daquela atividade ou bloco de atividades.

6.4.2.4 Estudo de cenários para blocos de parcerias considerando arranjos e opções de ferramentas jurídicas: relatório para tomada de decisão considerando prós e contras de pelo menos três cenários de blocos de parcerias. Deverá ser considerada nessa análise o impacto e sinergia entre as diversas atividades propostas.

## 6.5 Etapa 5: Editais e metodologia de acompanhamento

### 6.5.1 Descrição das atividades previstas

6.5.1.1 Elaboração de minutas de editais ou instrumentos de parcerias para cada parceria prevista: deverão ser elaborados com base nos subsídios e encaminhamentos das etapas anteriores.

6.5.1.2 Elaboração de diretrizes e metodologia para acompanhamento das parcerias: Definir sistema de monitoramento específico para cada modelo de parceria proposto, determinando indicadores;

6.5.1.3 Reunião técnica com a equipe do ICMBio (5º presencial): apresentação e discussão das minutas e da metodologia de acompanhamento e ajustes nos mesmos conforme necessário.

6.5.1.4 Curso de capacitação da equipe do ICMBio: Duração de 2 dias para até 8 pessoas com o objetivo de capacitar a equipe do ICMBio para acompanhamento das parcerias conforme metodologia estabelecida. Local: PNI

## 6.5.2 Descrição dos produtos esperados

6.5.2.1 Minutas de editais ou instrumentos de parceria: deverão conter os detalhes e informações necessárias para publicação conforme a modalidade de delegação daquela atividade ou bloco de atividades.

6.5.2.2 Manual de acompanhamento das parcerias: deverá conter em forma de manual a metodologia de acompanhamento, incluindo a modelagem de um sistema informatizado, planilhas, modelos de relatórios e indicadores de desempenho.

6.5.2.3 Relatório final: compilação resumida do projeto com metodologia, resultados, lições aprendidas e sugestões para aplicação em outras UCs. Deverá conter como anexos individualizados e organizados os produtos de todas as etapas anteriores.

## 6.6 Prazo e Cronograma

O preço total para a realização dos serviços aqui estabelecidos será de 150 (cento e cinquenta dias) e deverá obedecer ao seguinte cronograma de entregas:

ATIVIDADE	PRODUTOS	PRAZO	% Valor TDR
<b>1ª ETAPA: Diagnóstico preliminar e planejamento</b>			
1- Sistematização e complementação dos estudos existentes (ANEXO 1) relativos a parcerias e delegações de serviços 2- Visita técnica aos locais 3- Reunião de planejamento inicial para apresentação da sistematização e detalhamento do Plano de Trabalho	1- Matriz preliminar de atividades / parcerias já identificadas para o PNI  2- Plano de trabalho detalhado	15 dias após assinatura	15%

papp\_uep@ibam.org.br | 21 2142-9750 | 21 2242-9753

Parceiros:

<b>2ª ETAPA: Diagnóstico detalhado das instalações disponíveis para parcerias</b>			
<p>4- Diagnóstico dos imóveis / estruturas disponíveis para parcerias</p> <p>5- Estudo técnico para implantação de trilha suspensa e arvorismo</p> <p>6- Estudo técnico para implantação de teleférico na parte baixa</p> <p>7- Diagnóstico de potencialidades de parcerias</p> <p>8- Reunião e apresentação e ajuste dos produtos</p>	<p>3- Relatório fotográfico de cada imóvel com diagnóstico e potencialidades;</p> <p>4- Banco e plantas atualizadas dos imóveis em DWG e PDF</p> <p>5- Relatório técnico para implantação de trilha suspensa e arvorismo</p> <p>6- Relatório técnico para implantação de teleférico</p> <p>7- Matriz de atividades / parcerias atualizada</p> <p>8- Plano de Trabalho atualizado</p>	<p>60 dias após assinatura</p>	<p><b>25%</b></p>
<b>3ª ETAPA: Apresentação do diagnóstico e discussões</b>			
<p>9- Consulta e reunião com atores do mercado de turismo, negócios e parcerias em Unidades de Conservação</p> <p>10- Consulta e reunião com a sociedade local</p> <p>11- Apresentação e coleta de contribuições e sugestões para o Conselho Consultivo</p> <p>12- Reunião técnica com a equipe do ICMBio para ajustar a matriz de atividades / parcerias</p>	<p>9- Atas das reuniões realizadas</p> <p>10- Relatório com as contribuições das reuniões</p> <p>11- Matriz de atividades / parcerias atualizada</p> <p>12- Plano de Trabalho atualizado</p>	<p>70 dias após assinatura</p>	<p><b>15%</b></p>

<b>4ª ETAPA: Elaboração dos produtos para parcerias</b>			
<p>13- Elaboração de projetos básicos, estudos de viabilidade econômica e propostas de ferramentas jurídicas para as parcerias</p> <p>14- Reunião de apresentação projetos e estudos e discussão com equipe do ICMBio e ajustes necessários</p> <p>15- Reunião técnica com a equipe do ICMBio (presencial): apresentação e discussão dos estudos e cenários, arranjos de modelagem e ferramentas jurídicas, com a Coordenação Geral de Uso Público e Negócios do ICMBio em Brasília.</p>	<p>13- Projetos básicos das intervenções, reformas e construções necessárias, incluindo estimativa de custo</p> <p>14- Projetos básicos das parcerias</p> <p>15- Estudos de viabilidade econômico-financeiro</p> <p>16- Estudo de cenários para blocos de parcerias</p>	<p>120 dias após assinatura</p>	<p><b>20%</b></p>
<b>5ª ETAPA: Editais e metodologia de acompanhamento</b>			
<p>16- Elaboração de editais ou instrumentos de Parcerias para cada item previsto</p> <p>17- Elaboração de diretrizes e metodologia para acompanhamento das parcerias</p> <p>18- Reunião de apresentação projetos e estudos e discussão com equipe do ICMBio e ajustes necessários</p> <p>19- Capacitação da equipe do ICMBio para acompanhamento das parcerias segundo a metodologia</p>	<p>17- Minutas de Editais ou instrumentos de parceria</p> <p>18- Manual de acompanhamento das parcerias</p> <p>19- Relatório Final</p>	<p>150 dias após assinatura</p>	<p><b>25%</b></p>

## 7 METODOLOGIA

**Base de dados e coleta de informações:** As informações em fontes secundárias deverão ser colhidas junto ao ICMBio e em outras fontes de pesquisas em instituições governamentais, além de estudos acadêmicos e publicações por ventura existentes sobre a área abrangida.

O Parque Nacional do Itatiaia dispõe de diversos estudos já realizados, disponibilizados no ANEXO 1

Deverão ser também levantados e analisados os instrumentos disponibilizados pela legislação nacional vigente e, quando for o caso, aprofundadas informações sobre os pareceres jurídicos, manuais de convênios e contratos de concessão de uso, permissão de uso e outros instrumentos normativos afetos à constituição de parcerias, bem como identificados eventuais problemas de regularização fundiária que afetem a área da UC e os atuais encaminhamentos de suas soluções.

### Visitas a campo:

O ICMBio se compromete a facilitar os contatos com os atores sob a sua zona de influência, como o Chefe da Unidade e os membros do Conselho Gestor.

O Parque Nacional do Itatiaia disponibilizará local para a realização das reuniões na sede e no espaço Ecoartes, que tem capacidade para 50 pessoas. Também será disponibilizado alojamento, sem alimentação, para até 10 pessoas durante o período dos trabalhos, mediante agendamento prévio.

Deverão ser realizadas no mínimo 5 (cinco) visitas técnicas à unidade de conservação, sinalizadas no edital em cada etapa, e 2 (duas) na Coordenação Geral de Uso Público e Negócios do ICMBio/Sede, uma sinalizada na etapa 4 do processo e outra a definir. Poderão ser solicitadas outras visitas técnicas ao longo do processo caso se faça necessário.

Todas as reuniões devem ser registradas através de atas.

### 7.1 Forma de apresentação:

Os produtos deverão ser entregues com nível e linguagem compatível com a sua destinação.

A forma de apresentação dos relatórios deverá seguir os padrões estabelecidos pela ABNT.

Os Relatórios Parciais e o Final deverão ser entregues de forma preliminar para análise e aceite do ICMBio e do IBAM. O consultor deverá adequar ou corrigir os produtos conforme apontamentos e entregar a versão final.

Os produtos finais deverão ser elaborados em documento formato doc ou xls compatível com *Microsoft Word* ou *Excel*, além de uma versão em PDF, a serem entregues em duas vias impressas encadernadas e três vias digitais: uma em CD-ROM e duas em Pen Drive. As plantas deverão ser entregues em formato .dwg e PDF em três vias digitais: uma em CD-ROM e duas em Pen Drive.

## 7.2 Direitos autorais e de propriedade intelectual:

A titularidade dos direitos materiais e imateriais, de propriedade industrial, de software, de direitos autorais, inclusive patrimoniais e conexos, e quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre os materiais e produtos produzidos no âmbito de contrato a ser firmado serão do CONTRATANTE. O CONTRATADO se obriga a firmar documento contrato ou declaração adicional ou praticar qualquer outro ato para assegurar que os direitos mencionados sejam reconhecidos e livremente gozados pelo CONTRATANTE. Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio e do IBAM. Fotografias e filmagens devem respeitar as normas referentes ao uso de imagem de unidades de conservação.

## 8 CARACTERÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO

### 8.1 Responsabilidades da consultoria

**Inventário de informações:** O responsável técnico pelo estudo deverá compilar as informações relevantes para seu estudo, recorrendo às diferentes fontes documentais disponíveis, inclusive fotos ilustrativas, gráficos e infográficos e mapas.

**Participação em reuniões para discussão de resultados:** Ao longo do processo de trabalho deverão ser realizadas reuniões para apresentação dos relatórios parciais e final, que servirão para apresentação preliminar destes documentos e coleta de sugestões. Devem ocorrer, em princípio, na sede do Parque Nacional do Itatiaia, Itatiaia/RJ. Os documentos preliminares para discussão nas reuniões deverão ser encaminhados com uma semana de antecedência das reuniões previstas, contendo todos os dados e informações utilizados, que deverão ser disponibilizadas como anexos e parte integrante dos relatórios parciais e final do estudo. Poderão ainda ser realizadas outras reuniões quando necessárias para a captação dos dados para a sistematização das informações relevantes para o estudo.

## 8.2 Valor do Contrato

O valor estabelecido para a realização do Estudo ora referido deverá ser apresentado pelo interessado em sua proposta financeira, não devendo ultrapassar o teto de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais). A proposta financeira deverá ser detalhada em grandes itens: (i) Custos da equipe técnica; (ii) Despesa com viagens (à UC e ao ICMBio/sede); (iii) Despesa administrativas. Nela deverão estar incluídas despesas referentes a tributos e encargos sociais e trabalhistas. O valor total contratado, deverá ser pago em parcelas em acordo com os percentuais e produtos estabelecidos no tem 6.6 desse TDR.

## 9 PROCESSO DE SELEÇÃO

As empresas e organizações de consultoria convidadas, compõem uma lista de, no mínimo 3 (três) instituições pré-selecionadas pela Unidade Executora do Programa, em acordo com o Comitê Técnico, que uma vez conhecendo as condições e obrigações estabelecidas neste TDR, caso concordem, devem manifestar seu interesse no prazo máximo de seis dias úteis, dirigindo-se à Unidade de Execução do Programa para o e-mail [PAPP\\_UEP@ibam.org.br](mailto:PAPP_UEP@ibam.org.br), apresentando:

- Carta de concordância com as condições estabelecidas nesse Termo de Referência;
- Proposta Técnica preliminar do desenvolvimento do trabalho, contendo Plano de Trabalho, cronograma, comentários e acréscimos / sugestões ao seu aperfeiçoamento, perfil da equipe que pretende alocar para o trabalho proposto.
- Proposta financeira detalhada.

Os interessados que manifestarem o interesse, nas condições estabelecidas, terão sua documentação examinada pela UEP e pelo Comitê Técnico que avaliará entre os candidatos a instituição que julgar mais adequada para a realização do trabalho. Se for o caso, a instituição pré-selecionada será convidada a participar de uma entrevista com a equipe do ICMBio, integrantes do Comitê Técnico do Programa.

A instituição pré-selecionada, deverá então apresentar no prazo de cinco dias úteis à UEP – [papp\\_uep@ibam.org.br](mailto:papp_uep@ibam.org.br) - os documentos necessários, abaixo listados, para promoverem o efetivo cadastramento no sistema de gestão do IBAM e a concretização do processo de contratação, são eles:

- Documentos de habilitação institucional, como:

[papp\\_uep@ibam.org.br](mailto:papp_uep@ibam.org.br) | 21 2142-9750 | 21 2242-9753

Parceiros:



- i. Ato constitutivo – Declaração de Firma Individual, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações ou consolidado.
- ii. Procuração dando poderes ao Representante Legal / procurador da Pessoa Jurídica, quando necessário.
- iii. [Declaração](#) que substituirá, temporariamente, as certidões Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelos cartórios distribuidores da sede do Pessoa Jurídica.
- iv. Comprovante de inscrição no [Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Contribuintes-CNPJ](#), do Ministério da Fazenda.
- v. Comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do Pessoa Jurídica.
- vi. [Certidão Negativa de Débitos com os Tributos e Contribuições Federais](#) emitida, pela [Secretaria da Receita Federal](#)
- vii. [Declaração](#) que substituirá, temporariamente, as certidões Negativas de Débitos com os Tributos e Contribuições Estaduais ou do Distrito Federal expedida pelo órgão competente e com os Tributos e Contribuições Municipais expedida pelo órgão competente.
- viii. Certidão de Regularidade do [FGTS](#), expedida pela Caixa Econômica Federal (CEF).
- ix. Certidão de Regularidade do [INSS](#), expedida pela Receita Federal.

Em função do resultado desse processo de seleção, será estabelecido contrato de prestação de serviço entre o IBAM e o selecionado, ocasião em que a instituição complementarará seu cadastro institucional junto ao IBAM, substituindo as Declarações Mencionadas, pelas certidões correspondentes.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2017

## **ANEXO 1 – LISTA DE ESTUDOS E DOCUMENTOS EXISTENTES**

- 1 – Plano de manejo do PNI;
- 2 – Estudo de viabilidade econômico-financeira do PNI;
- 3 – Estudos sobre turismo e visitação no PNI
  - 3.1 – Diagnóstico situacional do PNI;
  - 3.2 – Caracterização da visitação, dos visitantes e avaliação dos impactos ecológicos e recreativos do planalto do PNI;
  - 3.3 – Impacto do uso público em uma trilha no planalto do PNI;
  - 3.4 – Monitoria e avaliação do plano de manejo da parte baixa do PNI;
  - 3.5 - Perfil, percepção e opinião dos visitantes do PNI em períodos de maior demanda;
  - 3.6 – Cadernos FBDS 3 – O Parque Nacional do Itatiaia;
  - 3.7 - Análise integrada da oferta, demanda e importância econômica das unidades de conservação federais do Brasil;
- 4 – Plano de uso público do PNI;
- 5 – Fomento do Turismo em unidades de conservação/PNI-SEBRAE;
- 6 – Pesquisa de demanda turística de Visconde de Mauá;
- 7 – Plano de marketing para o turismo – Região das Agulhas Negras;
  - 7.1 – Pesquisa de demanda;
  - 7.2 – Diagnóstico inicial;
  - 7.3 – Acompanhamento.
- 8 – Estudos sobre turismo e visitação em unidades de conservação;
  - 8.1 – Diretrizes para visitação em unidades de conservação;
  - 8.2 – Manual de orientações metodológicas – Fomento ao turismo em Parques Nacionais e entorno.

[papp\\_uep@ibam.org.br](mailto:papp_uep@ibam.org.br) | 21 2142-9750 | 21 2242-9753

Parceiros:



**ANEXO 2 – LISTA DE IMÓVEIS A SEREM AVALIADOS PARA PARCERIAS**

IMOVEL/REFERENCIA	NOME	METRAGEM (M <sup>2</sup> )	ESTADO	Planta
00011	Abrigo 4		BOM	
00012	Casa 12	104,52	BOM	DWG
00017	Casa Funcional	72,48	REGULAR	DWG
00019	Casa Funcional	89,79	Ruim	DWG
00021	Casa Funcional	89,05	REGULAR	DWG
00024	Sítio das Acácias	182,12	REGULAR	DWG
00027	Abrigo Lamego	150,69	Ruim	DWG
00028	Abrigo Macieira		PÉSSIMO	
00029	Abrigo Massena		Ruim	
00031	Abrigo Rebouças	120,51	BOM	DWG
00033	Abrigo III	76,06	Ruim	DWG
00034	Centro de Vivência	262,18	BOM	DWG
00035	Centro de Visitantes	982,89	BOM	DWG
00036	Casa de Pedra UAAF	181,29	REGULAR	DWG
00038	Lanchonete	72,12	REGULAR	DWG
00040	Posto 1	76,07	REGULAR	DWG
00041	Casa do Palmito	54,47	BOM	DWG
00043	Sanitário Rebouças		BOM	
00046	Sanitários Lago Azul	93,80	BOM	DWG

papp\_uep@ibam.org.br | 21 2142-9750 | 21 2242-9753

Parceiros:

00060	Estufa		BOM	
00066	Abrigo Água Branca		BOM	
00070	Churrasqueiras	22,34	BOM	DWG
00073	Posto 3 Posto Marcão	76,07	BOM	DWG
00075	Sanitario Agulhas	35,57	BOM	DWG
00083	Casa de Pedra PA		BOM	Papel
00086	Sanitarios Maromba	84,17	REGULAR	
00087	Sítio do Portão - casa 1	122,00	RUIM	Papel
00088	Sítio do Portão - casa 2	46,00	RUIM	
00089	Sítio do Portão - caseiro	43,00	RUIM	
00090	Recanto do Guerreiro	59,50	BOM	Papel
00091	Lote 90 3 andares	324,26	REGULAR	Papel
00092	Chalé Alpino	375,11	BOM	Papel
00093	Anexo 1 Chalé Alpino			
	Anexo 2 Chalé Alpino (Apoio)			
00094	Lenha			
00095	Anexo 3 ( Caseiro) Chalé Alpino	63,9		
00096	Anexo 4 (Sauna) Chalé Alpino			
00099	Sítio Escorrega		RUIM	Papel
00101	Lote 128 Entrada Donati		BOM	Papel

papp\_uep@ibam.org.br | 21 2142-9750 | 21 2242-9753

Parceiros:

00102	Lote 128 Entrada Donati (Caseiro)			
	Lote 128 Entrada Donati (Quiosque)			
	Lote 128 Entrada Donati (Anexo Churrasqueira)			
	Lote 128 Entrada Donati (Piscina)		RUIM	
00104	Wahalla (Casa 1)			Papel
	Wahalla (Casa 2)			
	Wahalla (Casa 3)			
00105	Hotel Simon	2800,00	RUIM	Papel

papp\_uep@ibam.org.br | 21 2142-9750 | 21 2242-9753

Parceiros:

